

Vereadores condenam esterilização de índias

A esterilização de 56 índias da tribo Pataxó levou vereadores de Itabuna a formalizarem um protesto que será encaminhado aos ministérios da Saúde e da Justiça

Itabuna (Da Sucursal Sul da Bahia) – Numa sessão especial realizada na Câmara de Itabuna, 16 vereadores de cinco municípios do sul da Bahia formalizaram um protesto contra a esterilização de 56 índias da tribo Pataxó Há-hã-hãe e, além de uma manifestação programada para dezembro, em data a ser definida, o grupo pretende encaminhar dossiês para os ministérios da Justiça e da Saúde, e para a representação do Brasil na OEA.

A sessão teve a participação de um dos líderes da tribo, Gerson Pataxó, denunciando que, além da esterilização das índias, a tribo vem mantendo uma luta permanente na Justiça para a ocupação de 54 mil hectares. Ele também destacou que os índios não têm assistência nas áreas de saúde e de educação, o que deveria ser assegurada através da Funai, e disse que o prefeito de Pau Brasil, Derval Santana, tem 12 fazendas na área em litígio.

Gerson Pataxó informou que, além dos 1,2 mil hectares das aldeias Caruaru e Paraguaçu, a Justiça Federal em Ilhéus concedeu mais 800 hectares oriundos das cinco fazendas ocupadas há dois anos, após a morte de Galdino de

Jesus, em Brasília, que teve o corpo incendiado por quatro jovens.

Deputada

A deputada estadual Alice Portugal, do PC do B, criticou a utilização de recursos do SUS para esterilização das índias e pediu a punição para o deputado federal Roland Lavigne, que teria patrocinado o trabalho com finalidades eleitoreiras, há quatro

anos: “O sul da Bahia exacerbou no poder político e na manipulação de verbas públicas”.

Ela classificou a esterilização das índias “como genocídio” e

disse que no rastro desta prática estariam sendo cometidos outros três crimes graves: “Usura pela posse das terras em litígio, fraude no SUS e um atentado contra os direitos da mulher, que devem ser apurados com rigor”.

O organizador da sessão, vereador Luís Carlos Sena, do PC do B, em Itabuna, defendeu a elaboração de um dossiê denunciando às autoridades federais a ligação de trompas das índias. “Não queremos sensacionalismo, mas encontrar formas para denunciar

e punir este tipo de delito”, complementou.

Joabs Ribeiro, do PSDB de Ilhéus, outro dos articuladores do evento, criticou duramente a omissão de José Gregory, do Ministério da Justiça, que atua na área dos direitos humanos. “Ele ainda não se pronunciou oficialmente sobre os fatos ocorridos nesta região e que ganharam repercussão nacional e internacional”, disse Ribeiro.

A representante do Conselho Indigenista Missionário, Alda Santos, fez um relato das ações do Cimi e condenou a prática de laqueadura de trompas. A sessão foi presidida pelo vereador Gil do Pinto, de Ilhéus, que sistematizou o material a ser encaminhado para o governo federal.

O vereador Gildásio Edwrigens Ferreira, de Pau Brasil, também condenou a prática de esterilização de índias e solicitou que “a questão dos pataxós fosse analisada pelo plenário sem paixões, em função do pleito pelos índios de uma área de mais de 50 mil hectares”. Ele disse que “os índios, hoje, ocupam mais de dois mil hectares e as áreas são respeitadas, nós não temos culpa da pobreza dos pataxós, que têm direitos inegáveis, mas os agricultores da área também têm direitos que devem ser analisados, porque tiveram títulos das terras cedidos pelo governo do estado e fizeram investimentos produtivos”.

Além da esterilização das índias, a tribo vem mantendo uma luta permanente na Justiça para a ocupação de 54 mil hectares.